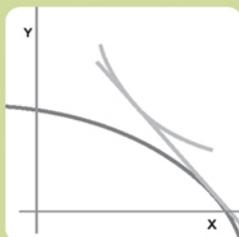


CASOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Coordenação
Rui Nuno Baleiras

Prefácio
Francisco Nunes Correia



**Casos de
Desenvolvimento Regional**

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor; reprodução proibida. Sem o prévio consentimento escrito do editor, são totalmente proibidas a reprodução e a transmissão desta obra (total ou parcialmente) por todos e quaisquer meios (electrónicos ou mecânicos, transmissão de dados, gravação ou fotocópia), quaisquer que sejam os destinatários ou autores (pessoas singulares ou colectivas), os motivos e os objectivos (incluindo escolares, científicos, académicos ou culturais), à excepção de excertos para divulgação e da citação científica, sendo igualmente interdito o arquivamento em qualquer sistema ou banco de dados.



Título

Casos de Desenvolvimento Regional

Coordenação

Rui Nuno Baleiras

Edição e copyright

Principia, Cascais

1.ª edição – Setembro de 2011

© Principia Editora, Lda.

Design da capa Maia Moura Design • **Execução gráfica** Guide Artes Gráficas, Lda.

ISBN 978-989-716-048-6 • **Depósito Legal** 330591/11

Principia

Rua Vasco da Gama, 60-C – 2775-297 Parede – Portugal

Tel. +351 214 678 710 • Fax +351 214 678 719 • principia@principia.pt • www.principia.pt

Rui Nuno Baleiras
(coordenação)

Casos de Desenvolvimento Regional

PREFÁCIO

Francisco Nunes Correia

1. INTRODUÇÃO

O coordenador desta obra, sobre economia e política do desenvolvimento regional, teve a ousadia de pedir a um NÃO-economista para a prefaciá-lo. Uma ousadia temerária, sem dúvida! A amizade e consideração que tenho pelo Prof. Rui Nuno Baleiras não me permitiram recusar o convite. Mas o que pode um Professor de Engenharia acrescentar a tantos, tão diversificados e tão interessantes trabalhos, assinados por especialistas munidos de excelente formação nas melhores teorias económicas e doutrinas das demais áreas científicas envolvidas no livro?

Pois bem, apenas um mérito nesta situação. O de poder discorrer sobre experiências intensamente vividas, e consideravelmente reflectidas, sem ter de obedecer às peias da «ortodoxia», sem ter de seguir os cânones teóricos, sem ter necessidade de justificar ou contraditar modelos. Enfim, o supremo privilégio de poder dizer «asneiras» sensatas. Outros que teorizem, que provem ou que refutem. No que me cabe, aqui fica apenas o testemunho baseado em quase cinco anos de experiência governativa, partilhada de forma estimulante com quem sabe verdadeiramente da matéria, o coordenador deste livro!

Deitando mãos à obra, entendo organizar este Prefácio da seguinte forma: primeiro, algumas considerações sobre a pertinência do tema, depois, três asserções controversas e, finalmente, algumas notas conclusivas.

2. A PERTINÊNCIA DO TEMA

A «coesão territorial» passou a ser um dos pilares da política de coesão europeia a partir do Tratado de Lisboa, assinado em Dezembro de 2007. Esta ideia estava já presente na proposta de Constituição Europeia, que tinha sido posta de parte em 2005 após os resultados negativos dos referendos realizados em França e nos Países Baixos, e exprimia a evolução natural e a consolidação do salto qualitativo dado na política regional com Delors no fim dos anos 80 do século passado. Coube ao Governo português, então na Presidência da UE, coordenar e finalizar a passagem da proposta de constituição para essa versão *light* que é o Tratado de Lisboa. Todos os defensores da coesão e, de uma forma mais geral, todos os defensores das políticas regionais, mostraram apreensão e fizeram saber ao Governo português quanto prezavam a explicitação desse terceiro pilar da coesão. Desde a comissão para a Política Regional até aos representantes do Comité das Regiões, desde os responsáveis ministeriais pelo planeamento de vários Estados-membros até diversos especialistas na matéria, muitos foram os que fizeram ouvir a sua voz junto do Ministério então responsável em Portugal pelo Desenvolvimento Regional. E não foi em vão, porquanto as diligências feitas permitiram garantir que ao conceito de «coesão territorial» não sucedia o que agora se chama *lost in translation*. Contudo, foi possível constatar o que, até aí, parecia inimaginável: o conceito tem adversários poderosos na Europa, como tem adversários o conceito de «solidariedade» entre países aplicado à «política regional» e ao «desenvolvimento regional». E esses adversários estão essencialmente nos países mais poderosos da Europa, especialmente naqueles em que os *lobbies* da grande indústria «desterritorializada» têm propensão para negligenciar menores escalas de abordagem. Esta é uma constatação em si mesma susceptível de reflexão!

Para além da experiência proporcionada pela presidência da UE, os anos de 2005 a 2009 proporcionaram uma outra experiência rica de ensinamentos em matéria de desenvolvimento regional: a estruturação do QREN e o início da sua execução. Na ordem do dia estava, e tudo faz crer que ainda está, passar de um paradigma «assistencialista», para que a coesão por vezes resvala, para um paradigma «competitivo» que a coesão, para ser sustentável, requer.

Os estudos feitos no balanço dos 20 anos de política de coesão em Portugal, e no quadro da preparação do novo ciclo de fundos comunitários, puseram bem em evidência como na generalidade das regiões do País tinham sido significativos os progressos relativos aos indicadores de coesão e tinham sido escassos ou nulos na quase totalidade do território os progressos relativos aos indicado-

res de competitividade. Esse paradigma foi identificado, à data, como o grande desígnio do QREN. Não se tratava, e não se trata, de dar menos importância aos indicadores de coesão, mas sim de compreender que a sua sustentabilidade, e a sustentabilidade geral do País, só pode ser alcançada com alterações profundas e estruturantes que se reflectam numa melhoria generalizada dos indicadores de competitividade. E essa competitividade tem uma dimensão nacional e global, mas desdobra-se também em dimensões regionais específicas que não se conseguem assegurar na escala nacional e global.

O chamado «litoral» (não será todo o País o litoral da Península Ibérica?) e especialmente as áreas metropolitanas são a «locomotiva» económica do País. Mas não é sustentável, nem economicamente eficiente, nem eticamente aceitável, olhar para o chamado «interior» (onde fica afinal esse interior?, não haverá algum «interior» também à beira-mar?) como uma espécie de *backyard*, onde prevalecem «modos de vida» arcaizantes e onde se aceita que a «retirada» seja a melhor solução. Um certo «modernismo» prevalecente não terá dado muito espaço político a este desígnio, mas ele esteve presente na estruturação do QREN e noutras medidas então adoptadas. Em certa medida, este livro é «herdeiro» dessas preocupações.

Percorrendo o País de norte a sul e de este a oeste apreende-se facilmente como todas as regiões estão longe do seu pleno potencial em termos de actividade económica e de competitividade. Mas apreende-se também, e para alguns economistas esta pode ser uma afirmação controversa, que a competitividade numa região com as características da Área Metropolitana de Lisboa é substancialmente distinta da competitividade da margem esquerda do Guadiana, ou que a competitividade do Vale do Ave tem pouco a ver com a competitividade da Cova da Beira. Todas estas regiões precisam de aumentar a sua competitividade, mas essa competitividade é «regionalmente diferenciada». Penso que esta questão está no cerne das políticas de desenvolvimento regional e conduz-nos às três asserções controversas que a seguir se apresentam.

3. TRÊS ASSERÇÕES CONTROVERSAS

A **primeira asserção** consiste em afirmar que o desenvolvimento, considerado a uma dada escala, não é o simples somatório do desenvolvimento a escalas mais pequenas ou de sectores específicos da economia, isto é, o desenvolvimento não é um «integral» calculado sobre o território (Δt) ou sobre um conjunto

de subáreas económicas (Δe). Assim, o «desenvolvimento» de uma nação não é uma simples soma do desenvolvimento de todas as suas regiões e, mais importante, uma política de estímulo ao desenvolvimento não se traduz necessariamente numa política de estímulo ao desenvolvimento das regiões. A economia não se comporta como um «fractal», reproduzindo-se homoteticamente às várias escalas. Esta ideia sugere que a *escala* é, ela própria, em certo sentido, um recurso.

E isso conduz-nos à **segunda asserção** controversa: o «território» encerra recursos e potencialidades que só o «desenvolvimento regional» a uma escala adequada permite valorizar. Valores ambientais, patrimoniais, culturais, bem como paisagens singulares, quer sejam pristinas quer reflectam a interacção com o homem, e, de uma forma mais geral, os recursos únicos e endógenos podem e devem ser factores de competitividade e *inputs* de modelos de desenvolvimento. Porventura não os únicos, mas os outros correspondem a «mais do mesmo».

É nesses recursos únicos e singulares que o chamado «interior» é extraordinariamente rico. Pode faltar tudo o mais, *know-how*, espírito empresarial, modelos adequados de governância, mas matéria-prima não falta, antes abunda, às vezes malbaratada por modelos predadores e desadequados de desenvolvimento. As políticas de protecção do ambiente e de ordenamento do território, tantas vezes vilipendiadas e apresentadas como obstáculos ao desenvolvimento, têm sido muitas vezes, afinal, as guardiãs e potenciadoras desta enorme e valiosa base de recursos. Com efeito, o território, com a natureza e as muitas marcas seculares da sua ocupação, é quase sempre a principal riqueza das regiões de baixa densidade populacional e económica e aquela sobre a qual se pode (ou se tem de) assentar um modelo de desenvolvimento regional e buscar factores de atractividade e de diferenciação competitiva.

A **terceira asserção** consiste em afirmar que o «território» é o grande integrador de todas as políticas públicas e, à escala regional e local, tem de ser visto primordialmente nessa qualidade e função. A generalidade das políticas públicas de âmbito sectorial rebate-se sobre o território, deixando nele as suas marcas indeléveis. Mesmo quando não partem de considerandos explicitamente territoriais, é sobre os diversos *layers* do território que se inscrevem as suas consequências e impactos, como é sobre eles que se cruzam e potenciam os seus efeitos positivos e negativos.

Claro que esta ideia pressupõe um conceito de «território multidimensional», que não se limite ao espaço físico ou fisiográfico, mas que inclui as dimensões humanas e sociais desse espaço. É sobre essa malha multidimensional que as políticas públicas devem ser «encaixadas» ou ajustadas de forma a que a rede

de pólos urbanos viva em harmonia com os amplos espaços intersticiais que os complementam e enriquecem. Por isso, o ordenamento do território, às várias escalas, tem um conteúdo estratégico tão forte e é tão indissociável do «desenvolvimento regional». Uma verdadeira «plataforma de convergência» como lhe chamam de forma expressiva os autores de um dos capítulos deste livro.

4. NOTAS CONCLUSIVAS

«Ambiente», entendido enquanto preservação da base de recursos únicos e endógenos, «ordenamento do território», entendido enquanto plataforma de convergência e integração de políticas públicas, e «desenvolvimento regional», entendido como potenciação e mobilização à escala adequada dos recursos diferenciados de competitividade, visando o alargamento da fronteira de qualidade de vida, são três pólos de um triângulo virtuoso que estabelecem entre si uma dinâmica de sinergias e complementaridades.

É costume associar ao desenvolvimento sustentável três dimensões fundamentais: a ambiental, a social e a económica. Estas três dimensões aparecem sob várias formas e em diversas circunstâncias como as impulsionadoras de dinâmicas virtuosas de desenvolvimento. Pois bem, também aqui isso acontece. O «ambiente» remete para uma gestão sensata de um legado patrimonial, base de recursos para um modelo de desenvolvimento sustentável. O «ordenamento do território» é, em grande medida, o primado do social pelo que obriga a estabelecer uma disciplina colectiva e colectivamente aceite de utilização do território. A equidade entre gerações e dentro de cada geração é um dos seus valores inspiradores. Finalmente, a dimensão económica é assumida pelo «desenvolvimento regional», gerando expectativas de prosperidade durável e de modos de vida viáveis, corrigindo «falhas de mercado» que os modelos de desenvolvimento «exógeno» e a maiores escalas muitas vezes ignoram. As Estratégias de Eficiência Colectiva são uma forma de potenciar esse triângulo virtuoso. O PROVERE é um programa que foi concebido no âmbito do QREN para impulsionar modelos de desenvolvimento a escalas territoriais em espaços de baixa densidade assentes nestes princípios.

Dir-se-ia que em termos de governação há grande vantagem em considerar de forma integrada esses três domínios essenciais para a sustentabilidade: *ambiente, ordenamento do território e desenvolvimento regional*. Pois bem, isso já aconteceu entre 2005 e 2009, mas parece não ter prevalecido, antes pelo con-

trário! Provavelmente, é mais um caso em que se confirma que de pouco serve ter «razão antes do tempo».

O «desenvolvimento regional» tem, no Portugal de hoje, uma tarefa primordial: encontrar formas adequadas para estimular a competitividade a escalas subnacionais e, dessa forma, contribuir para criar novos modos de vida onde hoje prevalecem a desistência e o abandono. Poucos têm tanta consciência disso como o coordenador desta obra, o Prof. Rui Baleiras. Um conhecimento seguramente apoiado na teoria, mas sobretudo enriquecido pela prática governativa de uma longa e estimulante legislatura. E a prática governativa é, afinal, a grande escola onde se aprende a reconhecer o lado viável das utopias!

1.

INTRODUÇÃO: ECONOMIA E POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Rui Nuno Baleiras

ABSTRACT

At a time when the risks of excessive valuation of short term periods become increasingly clear, attention to themes and processes that shape the sustainable improvement of life quality is worthwhile. Such enhancement is what regional development cares about.

Regional Development Cases is a different book. Both on contents and form. Focused on regional development economics and policy, sets a bridge between theory and practice to fill a gap in the publishing market. It was written to meet two target audiences: numerous higher education subjects in the Portuguese-speaking and Iberian spaces dealing with economic and social development issues and professionals attached to policy setting and stimulation of collective actions aiming for territorial competitiveness and cohesion.

The book adopts the “case study” methodology with end-of-chapter exercise proposals. There are English-written texts to enable its use with non-Portuguese fluent students. Contributions were selected out of a competitive process to get together complementary professional backgrounds, from academia to operational implementation, including policy design and assessment and players’ boosting.

Keywords: economic growth; economic development; regional development; sustainable development; regional policy.

RESUMO

Num tempo em que, cada vez mais, se tornam claros os riscos de valorização excessiva do curto prazo, vale a pena dar atenção aos temas e aos processos que condicionam a melhoria sustentável da qualidade de vida. É disso que o desenvolvimento regional cuida.

Casos de Desenvolvimento Regional é um livro diferente. No conteúdo e na forma. Concentrado na economia e na política do desenvolvimento regional, estabelece uma ponte entre teoria e prática que visa preencher uma falha no mercado editorial. Foi escrito para satisfazer dois públicos-alvo: inúmeras disciplinas de ensino superior no espaço lusófono e ibérico que versam sobre questões de desenvolvimento económico e social e profissionais ligados à formulação de políticas e à dinamização de acções colectivas visando a competitividade e a coesão dos territórios.

Adopta a metodologia de “casos de estudo”, com exercícios propostos no final de cada capítulo. Possui alguns textos em inglês para viabilizar a sua utilização com estudantes não fluentes em português. Os contributos foram escolhidos através de um processo competitivo para reunir experiências profissionais complementares, da academia à execução operacional, passando pelas formulação e avaliação de políticas e pela dinamização de actores.

Palavras-chave: crescimento económico; desenvolvimento económico; desenvolvimento regional; desenvolvimento sustentável; política regional.

1. ABERTURA

Este capítulo visa apresentar o livro aos leitores. Fá-lo em estrutura piramidal, começando com uma visão muito agregada na Secção 2, passando à justificação do foco nas Secções 3 e 4 e anunciando o tema de cada capítulo na Secção 5. Termina com algumas observações na Secção 6.

Assim, a Secção 2 explicita os objectivos da obra, os públicos-alvo e apresenta uma série de curiosidades sobre o próprio processo de produção porquanto o mesmo foi suficientemente diferente do que é habitual em projectos editoriais

colectivos. Embora este livro esteja virado para a discussão de casos reais, pareceu-nos importante enquadrá-los devidamente do ponto de vista teórico no capítulo inicial. Por isso, temos na Secção 3 uma resenha da literatura económica que explica o crescimento e o desenvolvimento desde finais dos anos trinta do século XX até ao estado da arte no início de 2011. Esta recensão justifica-se por três motivos. Em primeiro lugar, porque o livro oferece uma ponte bastante larga entre doutrina e aplicações, afigurou-se-nos como pedagogicamente recomendável incluir uma apresentação coerente das teorias em que as aplicações nos capítulos seguintes assentam. Em segundo lugar, esta apresentação é tanto mais necessária quanto é certo que a literatura pertinente é muito vasta e bastante variada nos mecanismos económicos explorados e nos métodos analíticos empregues. Daí o esforço de se oferecer nessa secção uma síntese aglutinadora através, tanto quanto possível, de uma metodologia comum e assente na explicitação da intuição subjacente aos principais resultados dos modelos visitados. Finalmente, a recensão bibliográfica foi construída ainda com o intuito de destacar o alcance e as limitações das opções de política de desenvolvimento regional. Deste modo, surgem com naturalidade na Secção 4 várias implicações de política decorrentes do pensamento económico e aplicáveis em qualquer país. Em particular, ressalta da análise que só a escalas territoriais subnacionais se encontram e conseguem perceber vários determinantes importantes do desenvolvimento económico de um país, tais como amenidades ambientais, capacidade institucional, empreendedorismo, liderança, mobilização de actores, etc.. São eles que desencadeiam economias de aglomeração, rede ou escala tão importantes na moderna economia do conhecimento. Essa secção inclui ainda uma leitura acompanhada do que foram as orientações das políticas de desenvolvimento regional seguidas em Portugal desde os anos 60 até à actualidade. O conteúdo das Secções 3 e 4 torna, inevitavelmente, este capítulo bastante mais extenso que os demais. Concluído o enquadramento teórico e político, passamos então, na Secção 5, à apresentação, necessariamente telegráfica, de todas as aplicações que compõem o livro. A fechar o capítulo, agradecemos publicamente a todos aqueles que tornaram possível a produção deste instrumento de trabalho.

2. ACERCA DESTES LIVROS

2.1. Propósitos

Casos de Desenvolvimento Regional é um livro sobre economia e política do desenvolvimento regional. Sob este prisma, desafia o leitor a conhecer e re-

flectir sobre experiências concretas de desenvolvimento ocorridas recentemente nos espaços lusófono e ibérico. Com efeito, embora o maior número de contribuições tenha experiências portuguesas como objecto de estudo, de norte a sul e incluindo as duas regiões autónomas, cumpre destacar a presença de vários casos do Brasil, de São Tomé e Príncipe e de Espanha. Acreditamos que a análise produzida ao longo do livro encerra lições igualmente úteis para compreender e agir sobre a realidade em muitas outras geografias.

Baseia-se no estudo de casos para mostrar como a teoria é útil para apreender a realidade e como a realidade estimula o próprio conhecimento. Com efeito, a obra pretende fazer uma ponte entre doutrina e prática, entre as ferramentas de análise e os casos concretos de processos ou políticas de desenvolvimento económico de base territorial.

É grande a diversidade de temas cobertos ao longo dos próximos 45 capítulos. Esta variedade visa ser uma grande montra de aplicações da teoria ou de métodos quantitativos para resolver problemas concretos. Não expõe receitas já que tal pouco interesse possui no mundo real, uma vez que dificilmente encontramos nele duas situações exactamente iguais. Por isso, foi pedido aos autores para escreverem com uma especial preocupação pedagógica: ensinar os leitores a produzir as suas próprias soluções para problemas análogos.

As situações estudadas cobrem uma parte muito significativa dos problemas enfrentados em processos de desenvolvimento regional. Entre outros, destacam-se os seguintes: produção de indicadores estatísticos ou aplicações de informação geográfica para apoiar o planeamento e a decisão executiva, elaboração de planos estratégicos, iniciativa empreendedora, mobilização de agentes económicos para a concretização de estratégias de desenvolvimento, capacitação institucional para o desenvolvimento, concepção de instrumentos de política pública, dinamização de acções colectivas em prol da competitividade, atracção de investimento exógeno e avaliação de resultados de políticas privadas e públicas ou de processos endógenos de desenvolvimento.

2.2. A quem se destina?

O livro foi escrito a pensar, primordialmente, em dois tipos de leitor: estudantes do ensino superior e profissionais ligados ao desenvolvimento regional. Naturalmente, espera-se que muitas pessoas noutras posições possam também encontrar aqui motivos de interesse e desafio.

Existem inúmeras disciplinas no ensino superior, tanto universitário como politécnico, dos países de língua oficial portuguesa que versam sobre temas de

desenvolvimento regional, ainda que com diferentes enfoques científicos, tais como: economia, geografia, planejamento e gestão do território, engenharia civil e dos transportes, arquitetura e sociologia.

Os alunos de disciplinas nestas condições são um alvo privilegiado dos próximos capítulos, o que pode ser percebido através de algumas das suas opções editoriais. A primeira consiste na complementaridade assumida perante textos pedagógicos orientados para a exposição de teoria e métodos de análise. De facto, o livro está concebido como um manual complementar de livros de texto ou artigos científicos. Cada capítulo presume que o leitor tenha sido anteriormente confrontado com o enquadramento teórico pertinente e que esteja em condições de poder compreender o desenvolvimento ou a utilidade das aplicações apresentadas. Ainda assim, muitos capítulos contêm uma resenha dos aspectos doutrinários mais importantes para entender as respectivas aplicações e quase todos remetem o leitor para fontes bibliográficas que expõem o enquadramento teórico relevante. A segunda opção editorial consiste na adopção da metodologia de “casos de estudo”, tão comum em programas académicos de gestão de empresas quanto invulgar noutras áreas científicas. Assim, a exposição de cada aplicação está orientada para suscitar interrogações e provocar discussão, seja em pequenos grupos ou envolvendo toda a turma, dentro ou fora da sala de aula. É por isso que todos os capítulos terminam com a sugestão de exercícios. Estes tanto podem servir para cada aluno auto-testar a sua apreensão do caso como para aplicar, individual ou colectivamente, o conhecimento transmitido a novas situações. A variedade de exercícios visa estimular várias capacidades transversais, como síntese, rigor analítico, redacção técnica, entrevista a outras pessoas, trabalho em equipa, exposição oral e negociação. Para o efeito, são propostas tarefas como perguntas de resposta breve, questões para desenvolver, ensaios, sínteses bibliográficas, aplicações de métodos quantitativos, trabalhos de campo (com recolha de informação e entrevistas no local) e jogos de simulação. Uma publicação restrita a professores disponibiliza resoluções possíveis para os exercícios propostos. A adopção da metodologia de casos de estudo foi, certamente, um desafio para os autores, pouco familiarizados com este método de ensino, e será também um desafio para os colegas que queiram utilizar alguns capítulos nas suas disciplinas. No entanto, como coordenador, cremos que o resultado é francamente encorajador e que valerá a pena experimentá-lo com os alunos. A avaliação dessas experiências será determinante para o julgamento do acerto desta opção editorial. Finalmente, a existência de alguns capítulos redigidos em língua inglesa é outra inovação que merece realce e justificação. Ao abrigo dos

vários programas de intercâmbio internacional existentes, as ofertas de ensino superior em Portugal são cada vez mais procuradas por estudantes que não são fluentes na língua portuguesa. A capacidade das instituições nacionais captarem o interesse dos melhores alunos estrangeiros depende, entre outros factores, da variedade de disciplinas leccionadas em inglês. Com a disponibilização de sete capítulos neste idioma, espera facilitar-se a sua adopção nas disciplinas abertas a programas de intercâmbio. Todos os capítulos, mesmo os escritos em português, abrem com um resumo e palavras-chave nas duas línguas.

Os capítulos pressupõem um nível intermédio de conhecimento nos domínios científicos em que se inserem. Estão, por isso, indicados para o terceiro ano dos estudos de primeiro ciclo (licenciaturas na organização curricular pós-Bolonha), cursos de segundo ciclo (mestrados) e programas de pós-graduação com orientação profissionalizante.

Como acima se disse, o livro também foi escrito a pensar nas pessoas com um interesse profissional em questões de desenvolvimento. Líderes territoriais, quadros e dirigentes de associações empresariais, agências de desenvolvimento regional ou associações de desenvolvimento local, gestores e técnicos de instituições públicas ligadas à concepção, execução ou avaliação de políticas, consultores e decisores políticos, todos estes profissionais encontrarão motivos de interesse e, deseja-se, de utilidade neste livro. O mundo real está cheio de experiências boas e más, de soluções baratas e caras, de sucessos e falhanços. Por vaidade ou ignorância, deitam-se abaixo experiências virtuosas ou não avaliadas e “inventa-se a roda” demasiadas vezes. Quanto à vaidade, este livro nada pode fazer. Porém, pode minimizar bastante a ignorância. Todos os que contribuíram para esta obra terão achado bem empregue o seu esforço se o livro ajudar muitos daqueles profissionais a evitar tais desperdícios, fornecendo-lhes informação qualificada sobre o que existe, o que já foi testado e com que resultados. Com efeito, há material abundante nos capítulos que se seguem para se aprender com o que já foi feito, para evitar repetir os mesmos erros e assim, mais rápida e eficazmente, produzir resultados para a sociedade.

Muitas outras pessoas, sem um interesse imediato ou directo em dinâmicas de desenvolvimento, poderão encontrar aqui alguma satisfação intelectual. Pelo menos, para esta finalidade trabalharam todos quantos o produziram. O desenvolvimento económico, por definição, ocorre através de processos transversais que requerem participação e aglutinação de vontades. As voltas da vida poderão levar muitos indivíduos a envolver-se, ainda que ocasionalmente, nalgum destes processos e neles o livro poderá um dia satisfazer curiosidades emergentes. Final-

mente, crê-se que a obra possa ainda ter utilidade para a comunidade científica na medida em que os casos discutidos contêm ideias inspiradoras para futuros trabalhos de investigação. Deve notar-se, a este propósito, que muitos capítulos são o resultado de projectos de investigação científica dos seus autores.

2.3. Marcas distintivas face às ofertas do mercado editorial

O mercado internacional de manuais para o ensino superior está relativamente bem servido no que diz respeito a livros de texto. A produção científica em ciência regional é intensa, credível e dispõe de inúmeros veículos de difusão internacional. Em língua portuguesa, existem no Brasil e em Portugal bons manuais sobre os quais podem assentar programas escolares de ensino focado no desenvolvimento regional e, em particular, na perspectiva económica.

Já o mesmo não podemos afirmar relativamente à divulgação de estudos sobre experiências concretas. Existem muitos trabalhos de investigação aplicada ou de transferência de conhecimento para instituições públicas e privadas que não estão publicados e que encerram valiosas lições para todos quantos querem saber mais nesta área. É difícil a um professor recomendar textos que possam complementar a teoria ilustrando aplicações da mesma. É difícil encontrar materiais que apelem ao desenvolvimento de competências transversais. De igual modo, é difícil a um profissional do desenvolvimento regional ter acesso a discussões informadas de casos reais, de soluções que deram certo e de experiências que correram mal, é-lhe difícil conhecer o que se está a passar no mundo que seja parecido ou relevante para actuar melhor sobre determinado problema que tem em mãos.

Ora *Casos de Desenvolvimento Regional* apareceu para tentar suprir estas falhas do mercado editorial. Fá-lo através dos conteúdos, genericamente acima expostos e que adiante detalharemos, e fá-lo ainda através da forma. Tanto os primeiros quanto a segunda foram concebidos deliberadamente para suprir aquelas falhas.

É por isso que a obra cuida de casos para, através deles, estabelecer a ponte entre teoria e prática. É por isso que os capítulos são, na sua grande maioria, mais pequenos que os de um livro de texto convencional, a fim de mais depressa o leitor apreender a informação relevante. É por isso que o livro tem casos em português e casos em inglês. É por isso que os capítulos terminam com propostas de trabalho para expandir capacidades transversais. É por isso que se privilegiaram aplicações recentes e em linha com as teorias ou métodos de análise actuais. É, ainda, por isso que as contribuições foram escolhidas tendo em conta a transportabilidade do conhecimento nelas embutido para outros contextos, económicos, geográficos ou institucionais.

A realização do estudo e a sua edição foram co-financiadas por:



Num tempo em que, cada vez mais, se tornam claros os riscos de valorização excessiva do curto prazo, vale a pena dar atenção aos temas e aos processos que condicionam a melhoria sustentável da qualidade de vida. É disso que o desenvolvimento regional cuida.

Casos de Desenvolvimento Regional é um livro diferente. No conteúdo e na forma. Focado na economia e política do desenvolvimento regional, estabelece uma ponte entre teoria e prática que visa preencher uma falha no mercado editorial. Foi escrito para satisfazer dois públicos-alvo: inúmeras disciplinas de ensino superior no espaço lusófono e ibérico que versam sobre questões de desenvolvimento económico e social e profissionais ligados à formulação de políticas e à dinamização de acções colectivas visando a competitividade e a coesão dos territórios.

Adopta a metodologia de “casos de estudo”, com exercícios propostos no final de cada capítulo. Possui alguns textos em inglês para viabilizar a sua utilização com estudantes não fluentes em português. Os contributos foram escolhidos através de um processo competitivo para reunir experiências profissionais complementares, da academia à execução operacional, passando pela formulação e avaliação de políticas e pela dinamização de actores.

